

Relações culturais luso-brasileiras: alguns pontos de confluência

Lucia Maria Paschoal Guimarães*

Em 1974, ao refletir sobre a situação política e econômica de Portugal, em decorrência da adesão ao Mercado Comum Europeu, o historiador Joaquim Barradas de Carvalho mostrava-se bastante preocupado e advertia que o país se encontrava numa encruzilhada entre o Velho Mundo e o Atlântico. Argumentava que a segunda opção lhe parecia mais promissora, a *única condição* para que sua pátria (...) *reencontrasse a individualidade, a especificidade, a genuidade, medieva e renascentista*. Neste sentido, defendia a formação do que denominou de uma *autêntica Comunidade Luso-Brasileira, (...) que não seja apenas sentimental e ortográfica, (...), nem aquela comunidade que não passou, ainda, de Júlio Dantas para cá, Pedro Calmon para lá...*¹. A proposta de Barradas de Carvalho não constituía propriamente uma novidade. De certo modo, ele retomava um antigo projeto que havia despertado o interesse da intelectualidade de ambas as nações na primeira metade do século XX.

No início do século passado, por mais paradoxal que pareça, apesar do relativo “afastamento” entre o Itamaraty e o Palácio das Necessidades, as relações literárias luso-brasileiras conheceram grande incremento, impulsionadas pelo aparecimento de almanaques, jornais e magazines, nos quais participavam escritores das duas nacionalidades. Em que pese a distância física que separava os respectivos colaboradores, esses periódicos constituíram lugares de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiros e espaços de sociabilidade, tal como define François Sirinelli, ao examinar os mecanismos que movimentam as complexas engrenagens do meio intelectual.² Basta lembrar que n^o *Águia*, editada na cidade do Porto (1910-1930), ao lado de Teixeira de Pascoaes e de Jaime Cortesão, escreviam Ronald de Carvalho, Coelho Neto, Vicente de Carvalho e Lima Barreto. A revista *Atlântida* (1915-1921), publicada em Lisboa e que se dizia explicitamente luso-brasileira,³ era dirigida a quatro mãos, liderada por João de Barros e Paulo Barreto, o popular

* Lucia Guimarães é Professora Titular de Historiografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Pesquisadora principal do Pronex/CNPq-FAPERJ; pesquisadora 1D do CNPq, autora de diversos artigos e capítulos de livros publicados no Brasil e no exterior. No momento desenvolve a investigação “Em busca de um passado comum: o Congresso Luso-Brasileiro de História (Lisboa, 1940)”.

João do Rio, e contava com a colaboração de Graça Aranha, Afrânio Peixoto e Tristão de Ataíde. O mesmo se passava em relação ao periódico *Orpheu*, de duração efêmera, mas muito expressiva.

No Rio de Janeiro, por sua vez, os principais órgãos da imprensa divulgavam textos de Alberto de Oliveira, de Carlos Malheiro Dias e de Jaime de Séguiier, que assinava, inclusive uma coluna no *Jornal do Comércio*. No diário *O País*, destacavam-se as crônicas de Justino Montalvão, as “Cartas de Lisboa”, de José Maria Alpoim e os artigos de Santo Tirso.⁴

Dentre os temas que mais atraíam a atenção dos letrados, salientava-se o da conveniência da formação de uma comunidade luso-brasileira. A idéia de firmar uma aliança com o Brasil fora lançada, pela primeira vez, em 1909, na Academia das Ciências de Lisboa, por Coelho de Carvalho. No ano seguinte, a Sociedade de Geografia de Lisboa organizou um concurso sobre “o modo mais eficaz de promover a união moral da colônia portuguesa do Brasil com a mãe pátria”. Anunciou, ainda, o plano de organizar uma expedição ao *hinterland* brasileiro. Meses depois, o presidente da Sociedade, Consiglieri Pedroso, formularia um ambicioso projeto, mais conhecido como *Acordo Luso-Brasileiro*, que previa a criação de uma comissão permanente encarregada de estudar a consecução das seguintes medidas, dentre outras: realizar periodicamente congressos luso-brasileiros; negociar tratados de arbitragem entre Brasil e Portugal, de cooperação internacional conjunta e de comércio; viabilizar a fundação de entrepostos comerciais; propor a construção de palácios de exposição em Lisboa e no Rio de Janeiro; promover na medida do possível a unificação da legislação civil e comercial; a aproximação intelectual – científica, literária e artística – conferindo equivalência de direitos ou de títulos aos diplomados de um país que decidissem trabalhar no outro; promover visitas regulares de intelectuais, artistas, industriais e comerciantes; estudar a maneira mais eficaz de se criar uma revista luso-brasileira; fomentar a cooperação entre jornalistas e editores, entre associações científicas, pedagógicas, artísticas e beneficentes; propor medidas para intensificar o movimento de aproximação lusíada com o Brasil.

Na esteira desse projeto, merece registro a sugestão de Alberto de Oliveira, cônsul geral de Portugal no Brasil, para que a Academia das Ciências propusesse ao governo português a criação de uma cadeira de história, geografia e literatura brasileiras nas Faculdades de Letras. A indicação acabou encampada pela Faculdade de Letras de Lisboa. Em 1916, a Câmara dos Deputados aprovou a Lei nº 586, que instituiu oficialmente a disciplina de Estudos Brasileiros naquele estabelecimento de ensino superior. Entretanto, a

inauguração da tão desejada cadeira, devido a uma série de contratempos, só veio a se concretizar em 1923, com as aulas ministradas pelo historiador e diplomata Oliveira Lima.

A discussão acerca da pretendida Comunidade ganharia notável impulso com o início da Primeira Guerra. O poeta Olavo Bilac, na visita que realizou a Lisboa, em 1916, no discurso proferido durante o banquete lhe que foi oferecido pela revista *Atlântida*, proclamou a (...) *existência de um novíssimo continente moral de amor e de defesa comum de Portugal e Brasil, as duas pátrias eternamente irmãs*.⁵ Por essa mesma época, no parlamento português, João Menezes argumentava que (...) *Brasileiros e portugueses têm de pensar, hoje mais do que nunca, em estreitar suas relações políticas, podendo ir muito além duma aliança*.⁶ Consoante essas idéias, o governo luso enviou uma missão de intelectuais ao Rio de Janeiro, em 1917.

O contexto da Primeira Grande Guerra também trouxe os militares para o centro do debate. O comandante Nunes Ribeiro preocupado com a supremacia marítima dos alemães, advertia que (...) *A garantia do domínio do mar no Atlântico Sul é e será sempre um objetivo comum aos dois países*. Henrique Lopes de Mendonça (1856-1931),⁷ oficial do exército, dramaturgo, historiador e autor da letra do hino nacional luso, *A Portuguesa*, aventou a hipótese de se instituir uma *Confederação luso-brasileira*. Postulava a formação de dois blocos políticos: o primeiro integrando a Inglaterra e os Estados Unidos, o segundo Portugal e Brasil, os quais (...) *impor-se-iam ao mundo não com intuítos ambiciosos de imperialismo guerreiro, mas como garantia inabalável de paz e de progresso universal*. Outro militar, João de Almeida, que se notabilizara como governador de Angola, escreveu o livro *Visão do crente* (1918), em que defende a federação dos dois países, por meio de uma aliança militar ofensiva e defensiva, diplomática e econômica, prevendo ainda a reciprocidade de direitos civis para brasileiros e portugueses, além do estabelecimento de uma representação consular comum em nações estrangeiras.⁸

No Rio de Janeiro, as opiniões se dividiam sobre aquelas fórmulas. Havia os simpatizantes, como Graça Aranha e Paulo Barreto. Este último postulava a celebração de um acordo e não uma fusão política entre as duas Repúblicas. No seu entender, um pacto luso-brasileiro deveria assentar-se em medidas de natureza econômica, a começar pela transformação de Lisboa em porto franco. Propunha o estabelecimento da navegação mista e a concessão de licença para os bancos portugueses e brasileiros operarem indistintamente nos dois países. Por outro lado, imbuídos de exacerbado nativismo, certos setores da intelectualidade brasileira repudiavam tais propostas. Incitavam a

população carioca a participar de campanhas anti-portuguesas, a exemplo da celeuma que se criou em torno da chamada questão dos Poveiros.⁹

Ainda que suscitasse grande agitação no meio letrado, o debate acerca da criação de uma comunidade luso-brasileira não obteve maior ressonância no campo político-institucional. É bem verdade que algumas iniciativas oficiais foram tomadas no intuito de avivar o intercâmbio entre as duas nações: a ida de Epiácio Pessoa a Portugal (1919), recém eleito presidente da República, representou um passo importante nesse sentido. O mesmo se pode dizer a respeito da emblemática travessia aérea entre Lisboa e o Rio de Janeiro, realizada por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, em 1922, a propósito da passagem do primeiro centenário da independência brasileira. Ou, então, da presença naquelas celebrações do chefe de Estado português, Antonio José de Almeida, acompanhado por uma missão de intelectuais, políticos e economistas.

Entrementes, surgiram outros redutos de sociabilidade, formados em torno de novas revistas editadas em Portugal e no Brasil, que continuaram a contribuir para o estreitamento dos vínculos entre beletristas as duas margens do Atlântico, a exemplo de *A Rajada* (Lisboa e Rio de Janeiro, 1920); *Terra do Sol* (Rio de Janeiro, 1924); *Presença* (Lisboa, 1927-1940), *Descobrimento* (Lisboa, 1931-1932), *Revista de Portugal* (Lisboa, 1937-1940) e *Atlântico* (Lisboa, 1942-1950). À guisa de curiosidade, vale informar que no número 9 de *Terra do Sol*, dentre outras colaborações lusas, apareceria o conhecido texto de Jaime Cortesão “Do sigilo nacional sobre os descobrimentos”.¹⁰

Do ponto de vista brasileiro, os laços institucionais com Portugal só se fortaleceriam de fato a partir da ascensão de Getúlio Vargas ao poder em novembro de 1930. O caráter nacionalista da sua política de governo levou-o a se acercar da velha metrópole, onde estariam as raízes étnicas e culturais da jovem nação americana. Duas intervenções pontuais, dos então ministros Osvaldo Aranha e Gustavo Capanema ilustram bem essa concepção. O primeiro advertia que (...) *o Brasil é amigo de todos os povos, mas, filho, só de Portugal*. O segundo, fazendo-lhe eco, afirmava que (...) *os brasileiros se orgulhavam de ser portugueses na América*.¹¹

Não por acaso, a pretendida aproximação se iniciou, justamente, pelo viés cultural. Ou seja, apoiada em bases previamente consolidadas pelos intelectuais dos dois países. Já em abril de 1931, a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa assinaram simultaneamente um Acordo Ortográfico, com o objetivo de preservar a unidade e promover a expansão da língua portuguesa. Só dois anos mais tarde é que os dois governos firmaram o primeiro Tratado de Comércio (1933). Seguiram-se novos protocolos

de cooperação intelectual e o estabelecimento do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura (1934), com o objetivo de estimular o intercâmbio e promover missões encarregadas de ministrar cursos especiais e conferências. Paralelo a isto assumiu a representação do Itamaraty em Lisboa o diplomata Arthur Guimarães de Araújo Jorge, homem de letras e historiador.¹¹

Outro fator de conagração importante deu-se com o ressurgimento da Academia Portuguesa da História, em maio de 1936.¹² O quadro efetivo desta entidade, fixado em cinqüenta titulares, reservava dez assentos para acadêmicos de nacionalidade brasileira. As vagas foram todas ocupadas por sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a saber: Conde de Afonso Celso, Max Fleiüss, Afonso d'Escragnole Taunay, Arthur Guimarães de Araújo Jorge, Francisco José de Oliveira Vianna, Gustavo Barroso, Júlio Afrânio Peixoto, Manuel Cícero Peregrino da Silva, Pedro Calmon e Rodolfo Garcia.¹⁴

Por sinal, a cooperação entre historiadores dos dois países não constituía propriamente uma novidade no âmbito do Instituto Histórico. Desde a época da sua fundação, em 1838, o Instituto correspondia-se com tradicionais sociedades científicas de Lisboa. Ao longo dos anos, diversos portugueses ingressaram nos seus quadros sociais, tanto na categoria dos membros honorários, quanto na classe dos correspondentes. Alguns desses associados tornaram-se interlocutores freqüentes de seus confrades brasileiros, como o historiador João Lúcio de Azevedo, que costumava trocar correspondência com Capistrano de Abreu e com Max Fleiüss, secretário perpétuo do IHGB. O mesmo ocorria em relação aos brasileiros admitidos na Academia das Ciências de Lisboa. Nos dois casos, as filiações eram decorrentes da teia de relações pessoais, que envolvia letrados dos dois países, como se mencionou anteriormente.

De qualquer forma, o ponto culminante da aproximação entre governos de Lisboa e do Rio de Janeiro deu-se em 1940, por ocasião das Comemorações Centenárias de Portugal. As festividades, como se sabe, se organizaram em torno de três grandes eventos: o Cortejo do Mundo Português, a Exposição do Mundo Português e o Congresso do Mundo Português. Este último (...) *em que se estudarão as origens, atividades, instituições, desenvolvimento e expansão de Portugal e do Império. Em volta deste tríptico – doutrina, documentação e apo-teose – agrupam-se todas as outras realizações do Ano Áureo* (o grifo é nosso).¹⁵

Não é da nossa intenção no momento discutir as motivações de natureza político-ideológicas, que levaram o regime salazarista a realizar aquelas cerimônias, direcionadas para o desenvolvimento da chamada *política do*

espírito, intentada por Antônio Ferro e posta em execução pelo Secretariado de Propaganda Nacional.¹⁶ Nem tão pouco discorrer sobre a sucessão de atos oficiais, programados para salientar a grandeza da pátria de Camões. Porém, como assinala o historiador Fernando Catroga, é importante ressaltar que o plano geral das celebrações foi idealizado para glorificar o presente (...) *à luz de uma não ingênua interpretação diacrônica do destino de Portugal*, por meio da (...) *exaltação direta do que mais importava recordar: os Descobrimentos*. No entender de Catroga, (...) *a fundação e a refundação da Nação deviam ser simbolizadas como momentos matriciais e preparatórios da construção do Império*.¹⁷

O Brasil associou-se às *Comemorações Centenárias* na qualidade de *nação irmã*. Aliás, desde as festas henriquinas de 1894, os dirigentes portugueses persistiam nos esforços diplomáticos para incorporar os antigos domínios na América nas celebrações de suas grandes efemérides. Do ponto de vista simbólico, a continuada inserção brasileira naqueles fastos servia de antídoto às críticas que desqualificavam a colonização lusa, como uma espécie de prova póstuma das suas virtudes civilizadoras. Tanto assim, que Antonio de Oliveira Salazar ao anunciar as solenidades do *Ano Áureo*, fez o seguinte pronunciamento:

[...] Ao Brasil é devida referência especial, pois, seja qual for a parte que nas comemorações centenárias queiram amavelmente tomar os outros Estados, não podemos dispensar na gloriosa festa a presença, a participação, o concurso permanente e ativo do Brasil [...] *Eis algumas razões porque havemos de pedir ao Brasil que venha a Portugal no momento em que festejaremos os nossos oitocentos anos de idade ajudar-nos a fazer as honras da Casa; que erga o seu padrão de História ao lado do nosso; que não seja apenas nosso hóspede de honra, mas como da família* [...] ¹⁸

Na margem ocidental do Atlântico, intelectuais e autoridades costumavam responder de modo positivo aos anseios da mãe-pátria. No entender de Luís Reis Torgal, o Brasil se percebia *como filho dileto da diáspora ultramarina portuguesa*.¹⁹ A esse respeito, vale aqui lembrar o depoimento deixado por Afrânio Peixoto, ao visitar o Arquivo Colonial de Lisboa em 1937:

[...] Meu país, filho maior, não pode ter consciência de si mesmo sem se documentar aqui sobre sua adolescência e minoridade. Isto lhe ensinará a amar ainda mais a este glorioso Portugal que o fez grande, desde os primeiros dias e confiou no Brasil, permitindo seu magnífico futuro²⁰.

Mais um indicativo dessa postura pode ser aquilatado pela atenção que o governo de Getúlio Vargas conferiu aos festejos de 1940. No âmbito da presidência da República, instituiu-se a Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal, presidida pelo Chefe da Casa Militar, o general Francisco José Pinto, encarregado de coordenar todas as iniciativas e esforços para garantir uma participação esmerada naquelas solenidades, mormente no que tange à *Exposição Histórica do Mundo Português*, onde o Brasil seria o único país estrangeiro a ocupar um pavilhão próprio. Diga-se de passagem, há registros do cuidado dispensado aos preparativos para figurar na *Exposição* até mesmo no *Diário de Vargas*.²¹

Quanto ao *Congresso do Mundo Português*, uma espécie de mega reunião científica, por assim dizer, visto que se desdobrava em oito jornadas acadêmicas,²² a inserção brasileira deveria concentrar-se nas atividades do *Congresso Luso-Brasileiro de História*. Isto nos leva a supor que o Estado salazarista tencionava robustecer ainda mais os laços com o Brasil, por meio de uma política de relações culturais alicerçada na existência de um patrimônio comum, em que a história representava um dos mais fortes esteios.²³ Segundo Julio Dantas, depois do acordo lingüístico de 1931, este seria, sem dúvida, o ato intercontinental mais importante que se tinha realizado no domínio da *política do espírito*.

Mas, para além das redes de sociabilidade tecidas em torno de revistas literárias, das missões culturais e da política desenvolvida pelas chancelarias, há que se destacar, ainda, um último fator que por certo desempenhou um papel importante na intensificação do intercâmbio cultural luso-brasileira. Refiro-me às relações de amizade e às trocas de obséquios que floresceram nas duas margens do Atlântico, em meio ao vai-e-vem dos exilados brasileiros e portugueses, que por motivos políticos cruzaram o Mar Oceano em diversos momentos do século XX. Não cabe no momento alongar essa exposição, apresentando uma lista circunstanciada desses indivíduos. Por ora, basta lembrar de dois casos emblemáticos, por sinal, dois historiadores. Jaime Cortesão, que viveu no Rio de Janeiro entre 1940 e 1957, costumava dizer que *fora recebido não como hóspede ilustre, mas como trabalhador fraterno*.²⁴ E, mais recentemente, o já citado Joaquim Barradas de Carvalho, que durante cinco anos residiu na cidade de São Paulo (1964-1969), onde exerceu o magistério na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, professor das disciplinas História da Civilização Ibérica e História da Cultura Portuguesa. Para Barradas, cuja influência é reconhecida na formação de uma geração de historiadores paulistas,²⁵ (...) *a melhor maneira de conhecer Portugal é ir para o Brasil, assim como a melhor maneira de conhecer o Brasil é ir para Portugal*.²⁶

Notas

- 1 Joaquim Barradas de Carvalho. *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico?(Uma perspectiva histórica)* Lisboa: Livros Horizonte, 1974, p. 79-80. (Coleção Horizonte nº 26).
- 2 François Sirinelli, “Os intelectuais”. In: René Rémond (org.), *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996, p.294. Ver, ainda, a interessante abordagem proposta por Emma Gori “Um lobby pacifista e elitista: O Grupo de Bloomsbury”. In: Domenico Di Masi, *A emoção e a regra: os grupos criativos na Europa de 1850 a 1950*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997, p.131-170.
- 3 *Atlântida. Mensário Artístico, Literário e Social para Portugal e Brasil*. Lisboa, nº 1, 15 de novembro de 1915.
- 4 Ver, Arnaldo Saraiva. *Modernismo brasileiro e modernismo português. Subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004, p. 23.
- 5 Olavo Bilac. “Aos homens de letras de Portugal”. In: _____, *Obra reunida*. Organização e introdução de Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, p. 932-933.
- 6 Nuno Simões, *Actualidade e permanência do Luso-Brasilismo* (Conferências e discursos). Lisboa: Edição do autor, 1960, p.34..
- 7 Henrique Lopes de Mendonça, em 1923, seria eleito sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras.
- 8 Nuno Simões, op. cit., p. 36-37
- 9 A questão envolveu portugueses naturais de Povoá do Varzim, os quais não se quiseram naturalizar brasileiros e se repatriaram. Estabelecidos no Rio de Janeiro e especializados na pesca de alto mar, não se misturavam com os brasileiros, nem com seus próprios patrícios de outras localidades. Segundo Lima Barreto, os “poveiros” formariam uma colônia, dentro da própria colônia lusitana no Rio.
- 10 Jaime Cortesão. “Do sigilo nacional sobre os descobrimentos”. *Terra do Sol*, Rio de Janeiro, número 9, setembro-outubro de 1925.
- 11 Ver, Nuno Simões, op. cit., p. 47-48
- 12 Ver, dentre outras obras, Arthur Guimarães de Araújo Jorge. *Rio Branco e as fronteiras do Brasil: uma introdução às obras do Barão do Rio Branco*. Brasília: Senado Federal, 1999. (Coleção Brasil 500 anos).
- 13 A Academia Portuguesa da História foi recriada em 19 de maio de 1936, pelo decreto-lei nº 26611. Sua origem remonta à antiga Academia Real de História Portuguesa, estabelecida em Lisboa, por decreto de D. João V, de 8 de Dezembro de 1720. , integrada por 50 acadêmicos de número, incumbidos de escrever a história eclesiástica, militar e civil do Reino. Cf. Isabel Ferreira da Mota, *A Academia Real de História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições MinervaCoimbra, 2003.
- 14 *Academia Portuguesa da História. Boletim da Academia Portuguesa da História*, Lisboa: APH, 1º e 2º ano, 1937-1938.
- 15 Júlio Dantas, “Crônica”. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, Lisboa, vol. XIV, 1939, p.7.
- 16 Marcelo Caetano, *Minhas memórias de Salazar*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1977, p. 63.
- 17 Fernando Catroga, “Ritualizações da História”. Op. cit., p. 267-268.
- 18 Antonio de Oliveira Salazar “Independência de Portugal - Nota oficiosa da Presidência do Conselho”. *Revista dos Centenários*, Lisboa, 1(1): 3, 1939. (os grifos são nossos).
- 19 Luís Reis Torgal, *História e ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989, p.189 (Coleção Minerva- História nº 3).
- 20 Afrânio Peixoto, apud Alberto Iria, *Anais do IV Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1950, v. 2, p. 15.
- 21 Em dia 31 de janeiro de 1940, por exemplo, lê-se que Getúlio Vargas recebeu para despacho e instruções es-

peciais o diretor do Museu Histórico Nacional, o Dr. Gustavo Barroso, um dos delegados brasileiros ao evento. Cf. Getúlio Vargas, *Diário*. Apresentação de Celina Vargas do Amaral Peixoto; edição de Leda Soares. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas 2000, p. 241.

22 As oito jornadas compreendiam o Congresso Pré e Proto-Histórico; o II Congresso de Portugal Medieval; o Congresso de Ciências da População; o Congresso Luso-Brasileiro de História; o Congresso de História da Atividade Científica Portuguesa; o Congresso de História das Navegações e Descobrimentos Portugueses; o Congresso de História Moderna e Contemporânea e o Congresso de História da Monarquia Dualista.

23 Sobre a noção de relações culturais internacionais, utilizamos como referência: Louis Dollot, *Les relations culturelles internationales*. Paris: PUF, 1964. Philip Combs, *The fourth dimension of foreign policy: educational and cultural affairs*, apud Edgard Telles Ribeiro, *Diplomacia Cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

24 Ver, Lucia Maria P. Guimarães. “Jaime Cortesão”. *Convergência Lusíada*. Rio de Janeiro nº 22, p. 317-322, 2006.

25 Ver, José Jobson de Andrade Arruda. “Joaquim Barradas de Carvalho: o itinerário de um missionário dos novos tempos (Lisboa, Paris, São Paulo)”. In: Fernando Lemos & Rui Moreira Leite (org.), *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: Ed. da UNESP; Bauru, SP: Ed. EDUSC, 2003, p. 125-133.

26 Cf. Joaquim Barradas de Carvalho, op. cit., p. 18.

Resumo

O artigo analisa as relações culturais luso-brasileiras nas primeiras décadas do século XX, impulsionadas com o aparecimento de revistas literárias e jornais, em que colaboravam intelectuais das duas margens do Atlântico. Examina, também, como esse intercâmbio serviu de base para o fortalecimento dos laços institucionais, a partir de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

Palavras-chave: relações culturais luso-brasileiras; intelectuais e poder; comunidade luso-brasileira; revistas literárias e jornais

Abstract

The article analyzes the Luso-Brazilian cultural relationship in the first decades of the last century. The exchange was stimulated by the appearance of literary magazines and newspapers, where worked in combination intellectuals of the two edges of the Atlantic. These interchanges became the basis for the strengthening of the institutional relations between Brazil and Portugal, after 1930, with the ascension of Getúlio Vargas to the power.

Keywords: Luso-Brazilian cultural relationship; intellectuals and power; Luso-Brazilian community; magazines and almanacs